

# Reflexões Sobre a Trajetória de Mulheres:

implicações para constituição de processos de EJA

Carla Chiari

Mariana Lopes de Moraes

**Como citar:** CHIARI, C.; MORAES, M. L. Reflexões Sobre a Trajetória de Mulheres: implicações para constituição de processos de EJA. *In:* MIGUEL, J. C. **Educação de jovens e adultos:** diversidade, inclusão e conscientização. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2021. p. 337-352.  
DOI: <https://doi.org/10.36311/2021.978-65-5954-134-8.p337-352>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# Reflexões Sobre a Trajetória de Mulheres: implicações para constituição de processos de EJA

*Carla Chiari*<sup>46</sup>

*Mariana Lopes de Moraes*<sup>47</sup>

## Introdução

A escolarização feminina no contexto da EJA ainda merece maior discussão, visto que significativo contingente das mulheres ainda permanece à margem do sistema escolar, de acordo com dados pesquisados.

Segundo Narvaz; Sant'anna e Tesseler (2013), os avanços da legislação nacional para a conciliação entre os trabalhos produtivo e reprodutivo são significativos, embora ainda possuam pouco impacto na desestabilização do modelo homem-provedor/mulher-cuidadora. Daí decorre que, se avançam as mulheres na ocupação do espaço público, continuam atadas à exclusividade das responsabilidades domésticas e familiares. Estes aspectos têm sido apontados por estudiosas e pesquisadoras também do campo da Educação de Jovens e Adultos (EJA):

---

<sup>46</sup> Mestranda em Educação pela UNESP, Campus de Marília. Psicóloga formada pela Universidade de Marília, atuando nas áreas de Psicologia da Educação, Psicologia Moral e Psicologia Analítica.

<sup>47</sup> Doutoranda em Educação pela UNESP, Campus de Marília. Mestre em Educação pela UNESP, Campus de Marília. Pedagoga formada pela UNESP, Campus de Marília.

a necessidade de arcar com as responsabilidades familiares é um dos principais motivos de evasão das mulheres adultas da escola.

Narvaz; Sant'anna e Tesseler (2013) também fazem uma importante constatação, trazendo dados da Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero (BRASIL, 2009, p. 94) que revelam que as mulheres perfazem mais de 50% da população e do eleitorado brasileiro, bem como apresentam maior nível de escolaridade em relação aos homens, além de somarem cerca de 50% da população economicamente ativa do país. Porém, não chegam a 20% nos cargos de maior nível hierárquico no Parlamento, nos Governos Municipais e Estaduais, nas Secretarias do Primeiro Escalão do Poder Executivo, no Judiciário, nos Sindicatos e nas Reitorias das universidades. Apenas nas empresas privadas as mulheres ocupam 20% das chefias. A discriminação de mulheres aparece também no mercado de trabalho brasileiro vinculada a mais baixos salários em relação aos salários dos homens, apesar da mais alta escolaridade feminina. A cultura de divisão sexual do trabalho, preconceito e subalternidade ainda dificulta a autonomia e a presença feminina nas decisões cruciais à vida da comunidade, estando na gênese das diferenças de acesso das mulheres ao poder.

Este artigo, portanto, objetiva discutir questões relativas à escolarização das mulheres na EJA, fazendo uma análise documental e bibliográfica e buscando também aprofundar nas imagens de mulheres no decurso da história até a atualidade, em suas diversas representações, principalmente contextualizar o processo histórico do patriarcado, até os dias atuais do patriarcado, notoriamente produtor de uma cultura misógina e machista, permeada por muitos preconceitos e violências em relação às mulheres.

## **Parâmetros Legais da Presença Feminina na Trajetória Histórica da EJA no Brasil**

O direito à educação básica se estende aos jovens e adultos, de modo mais efetivo, com a criação da Constituição da República Federativa do Brasil (CF), promulgada pela Assembleia Nacional Constituinte, em 05 de outubro de 1988. Esta Constituição, efeito da participação de diferentes setores da população que se mobilizaram diante do desafio da ampliação dos direitos sociais e das demandas às responsabilidades do Estado, anuncia em seu artigo 205 a “Educação como um direito de todos” e, em seu artigo 208, assegura o dever do Estado com a Educação.

Essa ampliação constitucional do direito de todos e todas à educação promove, também a jovens e adultos, a promessa de sua inserção no cenário educacional “enquanto sujeitos de direito” na oferta obrigatória e gratuita no ensino fundamental. Por sua vez, a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (BRASIL, 1996) constitui um avanço significativo ao incorporar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como Modalidade de Ensino da Educação Básica Regular. Como diretriz legal, esta legislação reafirma a oferta pública e o dever do Estado para com a educação básica, reforçando assim que os estudantes e as estudantes de EJA são sujeitos de direito, no que tange a esta oferta.

O Parecer CNE/CEB, nº 23/2008 institui as diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância. O documento expõe como pano de fundo, o contexto do direito à educação. Desde a Constituição de 1988, a educação é considerada um princípio básico para

a vida cidadã, enfatizando a participação ativa na vida social e política, sendo que a Lei Magna tornou o acesso à educação um direito dos cidadãos e dever do Estado, consolidando-a como um direito civil e político. Além disso, o Brasil é signatário de protocolos internacionais, como os da UNESCO, visando garantir prerrogativas de direito à Educação Para Todos ao Longo da Vida, fato ainda a se concretizar efetivamente no país.

E como se trata de um direito juridicamente protegido, é preciso que ele seja garantido e cercado de todas as condições. Daí a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, o Plano Nacional de Educação e outros diplomas legais buscarem garantir esse direito. O Ensino Fundamental, etapa do nível Educação Básica, foi proclamado como um direito público subjetivo. Esse caráter distintivo de direito ao Ensino Fundamental está de tal modo ali inscrito que ele se tornou um direito de todos os que não tiveram acesso à escolaridade e de todos que tiveram este acesso, mas não puderam completá-lo. Assim, para a Lei Maior, o Ensino Fundamental obrigatório e gratuito é um direito do cidadão, qualquer que seja ele, e dever do Estado, valendo esse direito também para os que não tiveram acesso a ele na idade própria. Mas é preciso atentar que a inscrição desse direito na Constituição foi tanto produto dos movimentos que lutaram por esse modo de registro e dos que entendem sua importância e necessidade no mundo contemporâneo quanto de uma consciência subjetiva: o da dignidade de cada um e dos impactos subjetivos sobre essa dignidade quando esse direito não é reconhecido ou se dá de modo incompleto ou irregular (BRASIL, 2008, p. 3).

Apesar de todos os esforços feitos pelo Brasil no campo da EJA, revelados nos princípios da Constituição Federal de 1988, na atual LDBEN n. 9394/96 e pela Resolução CEB/CNE nº1/200, garantindo o direito e a atentando para a especificidade da educação de jovens e adultos, o atendimento a essa demanda populacional ainda é reduzida, se

comparada ao número de pessoas que não possuem educação básica e a oferta não corresponde à realidade e à necessidade desses sujeitos.

### **Um Olhar Histórico Sobre o Papel Social das Mulheres no Brasil**

Quando se analisa o papel da mulher dentro do seu contexto social e de suas vivências, as constatações nos provocam muitas inquietações acerca das imagens do universo feminino no decurso da história até a atualidade em suas diversas representações, principalmente pelas marcas de preconceitos e violências em relação a elas, com consequências devastadoras causadas, principalmente no nível educacional, o que para nós justifica pensar a educação como perspectiva para um processo libertador e humano para as mulheres.

Na atualidade, vivemos em um mundo dominado pelo universo masculino, mas esse cenário já foi diferente haja vista que 2500 anos atrás, predominava o matriarcado, no qual as sociedades primitivas confiavam às mulheres a organização e o exercício do poder, não havendo uma hierarquia e nem domínio como nos dias atuais, num processo de coletividade e organização em tribos ou grupos.

Pesquisas arqueológicas evidenciam que os seres humanos, do período paleolítico e neolítico viviam em um sistema de parceria entre mulheres e homens, sendo as mulheres veneradas em todas as sociedades agrícolas antigas, diante de seu poder de gerar a vida e, com isso, manter a espécie humana. Assim, pressupõe-se que o culto à deusa seja uma das religiões mais antigas, tendo perdurado por mais tempo na história. No princípio da civilização humana “[...] a vulva era venerada como o portal mágico da vida, possuindo o poder tanto de regeneração física quanto de iluminação espiritual e transformação.” Isso não

significa que a relação social era marcada pelo matriarcado, e sim, pela matrilinearidade (RUETHER, 1993, p. 47).

Ao refletirmos sobre a relação homem e mulher e a cultura, podemos perceber a existência de estereótipos e unilateralidade durante o desenvolvimento da civilização. Dentro de uma perspectiva junguiana, procuramos mostrar como tais relações permeiam uma série de repressões que originam e sustentam unilateralidades, bem como assentadas em um profundo complexo cultural que influencia na forma como nos relacionamos e nós desenvolvemos.

Após o período do matriarcado, foi se instalando o processo do patriarcado, no qual vivemos até os dias de hoje, podendo ser definido como um conceito estrutural no qual a sociedade contemporânea se acentua, suas principais características são: autoridade imposta institucionalmente, dos homens sobre as mulheres e filhos no ambiente familiar, permeando toda a organização da sociedade, da produção e do consumo, outros setores também como a política, a legislação e até a cultura. Nesta perspectiva, o processo do patriarcado, funda a nossa estrutura social e recebe reforço institucional, nos relacionamentos interpessoais e na personalidade, marcados por violência e dominação.

O processo de emancipação das mulheres brasileiras em relação à educação foi lento e vem carregado de um processo histórico de muita luta, sendo cada período histórico um passo pequeno e direcionado. É importante observar discrepância entre as classes sociais e períodos, destacar a relação entre a escravidão, exploração do trabalho, ausência de escolaridade das mulheres, perpetuando até os dias de hoje.

No período de colonização o tema central foi a miscigenação, homens portugueses mantiveram relações com mulheres índias e mulheres

africanas que eram vistas como mulheres trabalhadoras e objetos sexuais. Já as mulheres brancas, tinham suas vidas restritas à casa e à igreja, eram estereotipadas como fracas e submissas, tendo que aceitar a traição de seus maridos, por serem dependentes econômica e socialmente, não podendo participar da vida política.

Já no Brasil império, com um pequeno enfraquecimento do patriarcado, o papel da mulher aos poucos vai ganhando outra dimensão, observando-se avanços na luta por direitos nos campos de trabalho, educação e da política, antes áreas dominadas pelos homens (Costa 1985).

As mulheres tornam-se pioneiras no início do século XX (HAHNER, 1990), a despeito das exclusões, das imposições propostas e sobre retaliações, destacando a área da política e do trabalho, sendo obrigadas à atividade laboral de 16 horas de jornada, enquanto para os homens sua carga foi reduzida para 8 horas, além de as mulheres serem exploradas juntamente com as crianças. Destaque-se que não conseguiam reivindicar seus direitos nas assembleias, pois não eram ouvidas.

Em 1910, o Partido Republicano Feminino foi formado como um local onde as mulheres pudessem expressar suas opiniões, lutando para emancipar-se, incluindo a representação no setor de prestação de serviços. Lutando arduamente pelos seus direitos, ganharam o direito ao voto em 1932, porém o então Presidente da República, Getúlio Vargas, fechou o congresso, tornou os partidos políticos ilegais e suspendeu os direitos de voto em nível nacional até 1945. Apesar do retorno da democracia e mesmo após o Golpe Militar de 1964, o movimento feminista progrediu pouco até o início dos anos 70. Só a partir da metade dessa década que mulheres de classe média, nível universitário e mulheres pobres, sem educação, organizaram movimentos no sentido de que fossem incluídas suas reivindicações no sistema político brasileiro.

As mulheres já possuem atuação expressiva no universo público; estão participando gradativa e ativamente do mundo político apesar da enorme sub-representação em comparação à participação masculina; estão em grande número na educação de ensino superior – como alunas, professoras e pesquisadoras; têm sido respaldadas por legislações que lhes garantem proteção e lhes asseguram direitos básicos; têm ocupado cargos diversos no mundo do trabalho, inclusive nos postos de liderança, apesar de estatisticamente ocuparem menos cargos de chefia que os homens, vindo, muitas vezes, a receber salários menores quando exercem a mesma função; estão tendo suas vozes cada vez mais ouvidas e consideradas nos processos decisórios em sociedade; entre uma série de outras conquistas adquiridas. Isso muito se deve pelo fato de termos tido mulheres que desafiaram e se propuseram a alterar as realidades que as silenciavam e limitavam enquanto sujeitos e que as confinavam em rígidos estereótipos e padrões de comportamento e existência (NASCIMENTO, 2015, p. 17).

Dentro desse contexto histórico brasileiro, as mulheres foram se emancipando em vários setores, porém o processo de acesso à educação principalmente as mulheres com baixa renda foi lento. Contrapondo esses aspectos, a violência em relação às mulheres que não queriam mais seus companheiros, serem obrigadas a conviver com outros em contrariedade ou até assassinadas é muito recorrente em nosso país.

É preciso compreender o espaço da mulher na sociedade. Segundo pesquisa IPEA em 2009, o número de mulheres vem crescendo no cenário nacional, ressaltando que a maior parte das famílias é composta pela mãe juntamente com os filhos, constituindo um total de 21.933.180 famílias, sendo que de 2001 a 2009 esse percentual saltou de 27% para 35%. Note-se que são dados em que os homens chefiam mais as famílias, porém possuem uma maior renda mensal e geralmente há uma presença feminina que colabora com as despesas da casa.

Um arranjo familiar que pode proporcionar uma grande dificuldade é o da mulher com filhos e solteira, já que o fato de possuir filhos menores dependentes exigiria rendimentos e salários satisfatórios para o sustento, bem como a necessidade de creches e centros de atendimentos para os filhos, para que assim possa ser inserida no mercado de trabalho.

Outro documento a ser pensado é o mapa da violência de 2015 sobre homicídio de mulheres no Brasil (WASELFSZ, 2015), o qual nos oferece um importante respaldo quanto à quantificação das mortes. Entre 2003 e 2013, o número de vítimas anuais aumentou de 3.937 para 4.762 mortes, representando no ano de 2013, um total de 13 feminicídios por dia. Registrou-se 1 estupro a cada 9 minutos, 1 feminicídio a cada 90 minutos, 5 espancamentos a cada 9 minutos e 179 relatos de agressões por dia. Há evidências de que esses números sejam maiores, considerando que nem todos os casos de violência são denunciados ou contabilizados.

Assim, emancipação é aqui tomada como uma construção contínua da identidade que “se constrói a partir das diversidades e multiplicidades de experiências” (NASCIMENTO, 2015, p. 27). Para além de uma ação meramente individualista, tomar o coletivo feminista como emancipatório é reconhecer, também, um movimento que lê “diversas singularidades” (NASCIMENTO, 2015, p. 45) e que se posiciona no lugar do “eu-nós” (NASCIMENTO, 2015, p. 51), logo, necessita concretamente de um outro percebido, visto e sentido como diferente, mas não menor ou pior. Nesse sentido, as falas das participantes evidenciam que “[...] ‘ser mulher’ configura-se como uma experiência compartilhada historicamente com a multiplicidade de mulheres, ainda que seja uma experiência singular para cada uma” (NASCIMENTO, 2015, p. 47).

Pensando sobre as diferentes formas de ser mulher, o feminismo se pauta em duas ações: liberdade e horizontalidade. Na primeira, refere, ao objetivo máximo a ser alcançado, pensando numa emancipação e no qual a educação pode auxiliar. Uma outra ação seria a horizontalidade, seria a forma de ação não hierarquizada, não dominada, oferecendo maiores e melhores possibilidades de expressão dos sujeitos, como o compartilhamento pleno e legítimo das experiências.

### **A Presença Feminina nos Processos de EJA: Uma Análise Bibliográfica**

Foi realizado um levantamento bibliográfico inicial de artigos em duas bases de dados, a saber: Portal de periódicos da CAPES e Scielo. Sendo utilizados os descritores “EJA” e “mulheres”, buscando a intersecção desses temas.

Portal de periódicos da capes

Encontrados: 127

Descritores: EJA / mulheres

Artigos selecionados para análise:

- Aspectos da escolarização de mulheres na EJA
- Gênero e educação de jovens e adultos: a histórica exclusão das mulheres dos espaços de saber-poder
- “Agora posso ler?”: elas na educação de jovens e adultos

Scielo

Filtrando as revistas que fossem da área da educação e psicologia

Encontrados: 15

Descritores: EJA / mulheres

Artigos selecionados para análise:

- Educação dos povos do campo no Brasil: colonialidade/modernidade e urbanocentrismo.

Descritores: Patriarcado/ Educação

- Os feminismos e as vozes: Uma leitura Junguiana
- A mulher na visão do patriarcado brasileiro: Uma herança ocidental
- Patriarcalismo e o feminismo: Uma retrospectiva histórica
- Gênero, patriarcado, educação e os parâmetros curriculares nacionais
- O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico

A pesquisa realizada por Eiterer; Dias e Coura (2014) traz aspectos da escolarização feminina na região de Belo Horizonte, em uma escola pública, localizada na zona Oeste da Capital e uma privada, de natureza filantrópica, na zona Sul.

O perfil da população da EJA, a inserção no campo da Educação de Jovens e Adultos, na idade adulta, significa conciliar diferentes responsabilidades com as tarefas, horários e outras exigências escolares. Para as mulheres, sobretudo, o horário de trabalho, torna-se ainda maior, tendo que conciliar escola e responsabilidade por tarefas de cuidar da casa e da família (filhos, marido, eventualmente pais, netos e mesmo outros parentes).

As autoras realizam um recorte nos estudos de gênero e se apoiam em algumas pesquisadoras que nos auxiliam a pensar o trabalho feminino como fenômeno social e histórico. O trabalho feminino numa sociedade é caracterizado não como decorrência de qualquer tipo de dado natural ou biológico, pré-determinado e imutável, mas algo que se apresenta a partir de relações de gênero historicamente construídas.

Aprofundando um pouco mais nesse ponto, utilizam-se os aportes da socióloga Marie Durut-Bellat (2005) acerca das desigualdades escolares. A autora discute efeitos do contexto social de origem dos educandos e do contexto escolar no sucesso escolar e escolhas de carreira. Reitera ainda que, desde muito cedo, emergem correlações entre desenvolvimento e a qualidade do ambiente da criança, e que as aprendizagens se encadeiam cumulativamente: “a vantagem das crianças de ambiente privilegiado é particularmente clara nas competências que serão mobilizadas na aprendizagem da leitura (reconhecimento das letras, por exemplo), ou no domínio de conceitos ligados ao tempo, sem dúvida porque essas capacidades foram objeto de aprendizagem familiar” (DURUT-BELLAT, 2005, p. 16).

As autoras finalizam:

Posto isso, ressaltamos que embora a literatura no campo das ciências sociais, antropologia, psicologia social, entre outras áreas, dediquem-se há muito tempo ao debate acerca das diferentes desigualdades enfrentadas pela mulher na sociedade brasileira, ainda hoje o campo da educação precisa dialogar com essa literatura. E esse diálogo, incipiente quando se trata de entender as dificuldades das mães trabalhadoras, encontra-se em estágio apenas embrionário quando tratamos de pensar os desafios que impõem essa realidade à escolarização da mulher na EJA (EITERER; DIAS; COURA, 2014, p. 175).

## Considerações Finais

Conforme o exposto, consideramos que a educação de jovens e adultos merece uma ampla abordagem por parte dos pesquisadores e das políticas públicas, sobretudo no contexto das mulheres, que por vezes se encontram às margens da educação devido às dificuldades enfrentadas por sua condição de ser e estar na sociedade.

É preciso resgatar o processo histórico e social, para compreendermos o papel da mulher na sociedade e o seu desenvolvimento até os dias atuais. Buscando assim a origem passada do matriarcado, onde as mulheres eram livres e se desenvolviam numa sociedade sem julgamentos ou condenações a respeito de suas escolhas, principalmente em relação à sua liberdade. Já nos dias atuais com o patriarcado, onde homens se colocam socialmente como superiores às mulheres e as controlam, não permitindo que as mesmas busquem suas escolhas e sigam seus caminhos livremente.

Compreendemos que só a educação pode emancipar as mulheres, pois as mesmas precisam compreender o seu processo de desenvolvimento e principalmente encontrar seus espaços como trabalhadoras, com salários dignos e possibilidades de ascensão social. É sabido que quanto mais conhecimento, mais o indivíduo é livre. Precisamos estimular principalmente as mulheres sem acesso à educação no seu processo de infância e adolescência, retomarem seus estudos utilizando a EJA ou processos educativos correlatos, para que assim consigam se desenvolver com todas as suas potencialidades.

Podemos considerar o machismo como um dos problemas encontrados quando se trata de educação feminina, visto que os processos educacionais não estimulam as mulheres a buscarem conhecimento e

principalmente educação, pois esse processo irá ao contrário do que se firmou nas estruturas sociais atuais, pois as mulheres sem conhecimento são mais propícias a dependerem financeiramente dos homens ou precisarem apenas trabalhar para criar seus filhos sozinhas, não conseguindo se dedicar ao processo educacional e principalmente conseguirem se estruturar financeiramente.

As pesquisas levantadas no presente artigo endossam a necessidade de se pensar a EJA como uma modalidade extremamente relevante na sociedade, visto que muitas mulheres ainda se encontram à margem da uma educação efetivamente emancipatória.

## **Referências**

ARROYO, M. Formar educadoras e educadores de jovens e adultos. *In*: SOARES, Leôncio. (Org.). **Formação de educadores de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica/SECAD/MEC/UNESCO, 2006.

BRASIL. República Federativa. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9394/96. Brasília, MEC, 1996. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm). Acesso em: 25 jun. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CEB Nº 23/2008. Diretrizes operacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Disponível em:  
[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14331-pceb023-08&category\\_slug=outubro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14331-pceb023-08&category_slug=outubro-2013-pdf&Itemid=30192). Acesso em: 20 out. 2020.

BRASIL. República Federativa. Secretaria de Política para Mulheres. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Brasília, DF, ano IV, n. 6, dez. 2014. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/737/1/Revista%20Observat%C3%B3rio%20dezembro.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

DURUT-BELLAT, M. Amplitude e aspectos peculiares das desigualdades sociais na escola francesa. **EDUCAÇÃO E PESQUISA**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 13-30, jan./abr. 2005.

EITERER, C. L.; DIAS, J. D.; COURA, M. Aspectos da escolarização de mulheres na EJA. **Perspectiva**, Belo Horizonte, Minas Gerais, n. 32, p. 161-180, 2014.

HAHNER, J. *Emancipating the Female Sex: The Struggle for Women's Rights in Brazil, 1850-1940*. New York; London: Duke University Press, 1990.

IPEA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009 (PNAD/IBGE)**. Primeiras análises: investigando a chefia feminina de família, 2010. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111\\_comunicadoipea65.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/101111_comunicadoipea65.pdf). Acesso em: 25 ago. 2016.

NASCIMENTO, L. C. S. do. **Essa ciranda não é minha só, é de todas nós**: um estudo sobre o feminismo, autonomia e consciência coletiva. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2015.

NARVAZ, M. G.; SANT'ANNA, S. M. L.; TESSELER, F. A. Gênero e educação de jovens e adultos: a histórica exclusão das mulheres dos espaços de saber-poder. **Diálogo**, Canoas, Rio Grande do Sul, n. 23, p. 93-104, 2013.

RUETHER, R. R. **Sexismo e Religião**: rumo a uma teologia feminista. Tradução Walter Altmann e Luís Marcos Sander. São Leopoldo-RS: Sinodal, 1993.

WAISELFISZ, J. J. **Mapa da violência 2015**: homicídio de mulheres no Brasil. 1. ed. Brasília: DF, 2015. Disponível em: [www.mapadaviolencia.org.br](http://www.mapadaviolencia.org.br). Acesso em: 27 ago. 2016.